

A Cooperação Universitária para o Desenvolvimento: mais do que um rótulo¹

University Development Cooperation: more than a label

Karlla Zanesco*
Mónica Salomón**

Resumo

A renovação que está experimentando nos últimos anos o Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD) levou a uma maior participação de atores públicos e privados não tradicionais, entre eles as universidades. Em consequência (e em parte também a causa disso), a Cooperação Universitária para o Desenvolvimento (CUD), uma das novas dimensões do SICD, está recebendo cada vez mais atenção da academia e dos responsáveis pela execução das políticas externas nacionais. Neste artigo introduzimos um tema novo, ainda não explorado na literatura acadêmica brasileira. Além de apresentar a CUD, avaliamos aqui a viabilidade de sua implantação no Brasil. As universidades brasileiras realizam toda a gama de atividades consideradas como CUD nos países nos quais ela já é concebida e rotulada como uma área específica da política de cooperação internacional. O que falta para ter uma política pública de CUD são estratégias definidas de atuação elaboradas em conjunto pelas próprias universidades, bem como mecanismos de coordenação entre elas.

Palavras chaves: Cooperação Universitária para o Desenvolvimento; Cooperação para o Desenvolvimento; Política Externa Brasileira; Universidades; Desenvolvimento.

Abstract

The changes experienced by the International System of Cooperation for Development (ISCD) in the last years led to an increased participation of public and private non-traditional actors, among them Universities. In consequence (and in part also as a cause), University Development Cooperation (UDC), one of the newest dimensions of ISCD, is increasingly attracting the attention of academics as well as of those in charge of the execution of national foreign policies. In this article a new topic, still unexplored in academic Brazilian

¹ As autoras agradecem as informações fornecidas para este trabalho pelas seguintes pessoas: Prof. Walter Lindolfo Weingaertner (Depto. de Engenharia Mecânica, UFSC); Zulmira da Silva (SINTER, UFSC), Prof. Paulo E. Lovato (DECAD/SINTER, UFSC), Thalita Schütz Cardoso, (SINTER, UFSC), Prof. Edson Roberto de Pieri (CTC, UFSC), André Luiz Galvão (Agência Brasileira de Cooperação), Olívia Junqueira (Agência Brasileira de Cooperação). Agradecemos também os comentários e críticas dos profs. Sonia Laus (UDESC), Leticia Pinheiro (PUC-Rio), Hoyêdo Nunes Lins (UFSC) e Cristina Inoue (UnB). Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Quarto Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Belo Horizonte, julho de 2013).

* Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: karllazane@gmail.com

** Doutora em Ciência Política pela Universidad Autónoma de Barcelona. Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: Monica.Salomon@ufsc.br

literature, is introduced. Besides showing how UDC works, we evaluate the viability of implanting it in Brazil. Brazilian Universities perform the full range of activities considered UCD in those countries where it is already conceived and branded as a specific area of international cooperation policy. What is still missing to have a full-fledged Brazilian public policy of UCD are defined strategies jointly defined by the universities themselves, as well as coordination mechanisms among them.

Key-words: University Development Cooperation; Cooperation for Development; Brazilian Foreign Policy; Universities; Development.

1 Introdução

Há pouco mais de uma década, a denominação de Cooperação Universitária para o Desenvolvimento (*Cooperation Universitaire au Développement; Cooperación Universitaria para el Desarrollo; University Development Cooperation*), CUD, começou a ser utilizada para designar a dimensão da Cooperação para o Desenvolvimento protagonizada pelas universidades. Ela é uma política pública (no nível nacional ou regional) e ao mesmo tempo uma instituição/regime internacional com conceitos e regras próprias. Ela compreende todas as atividades (ensino, pesquisa, extensão, assessoria técnica) realizadas por uma comunidade universitária dada que possam contribuir ao desenvolvimento de países terceiros, especialmente aqueles considerados “países mais desfavorecidos” desde a óptica das relações Norte-Sul.

De maneira similar ao que aconteceu com a Cooperação Descentralizada ou, mais recentemente, com a Cooperação Sindical para o Desenvolvimento, as especificidades dessa dimensão da cooperação mereceram uma atenção crescente por parte dos próprios atores e dos analistas (FRERES & CABO, 2003; BENEITONE e.a., 2003; ROBRECHT & MOLENAERS, 2003; UNCETA, 2007).

Em países como Espanha ou Bélgica, onde a CUD atingiu um importante desenvolvimento, tanto no nível conceitual como institucional (com órgãos, estratégias e legislação específica, bem como com uma forte conexão com as agências regionais e nacionais de cooperação internacional), é possível falar de uma autêntica política pública de CUD. Seus principais agentes são as universidades (com predomínio das públicas), operando individualmente e em rede, mas uma série de instâncias governamentais e não governamentais também participam no seu desenho, financiamento e implementação.

Em muitos outros países, embora a CUD esteja menos consolidada como política pública específica ou como parte da política pública da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, cujo espectro é mais amplo, as universidades são também agentes muito ativos da Cooperação para o Desenvolvimento. É o caso de boa parte dos países da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá (FRERES e CABO, 2003; BENEITONE e.a., 2003).

No Brasil – objeto de diversas ações e programas de CUD em qualidade de receptor – até o momento não existem iniciativas conjuntas das universidades visando criar um marco institucional que organize, coordene e regule as práticas equiparáveis à CUD. Porém, seja a título individual, seja através das redes e associações de cooperação acadêmica das quais são membros, ou participando em projetos da Agência Brasileira de Cooperação ou de outras agências governamentais

(especialmente CAPES e CNPq), as universidades brasileiras desenvolvem atividades próprias do catálogo da CUD, colaborando com o desenvolvimento de outros países tanto através de suas atividades próprias (ensino, pesquisa, extensão) como prestando consultorias para projetos de assistência técnica ou até executando projetos de cooperação em terceiros países. Boa parte destas atividades são assumidas e contabilizadas como cooperação prestada brasileira.

Sendo assim, caberia perguntar se o desenvolvimento conceitual e institucional da CUD (ou, de maneira mais consistente com o posicionamento do Brasil no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, com uma “Cooperação Universitária Sul-Sul”) no Brasil faria alguma diferença em relação à situação atual. Se as universidades brasileiras já realizam atividades que podem ser consideradas próprias da CUD, até que ponto esse esforço conceitual e institucional de construção de uma nova política pública valeria a pena? Nossa resposta é que, sem dúvida, esse desenvolvimento é desejável e vale sim a pena. Os exemplos dos países em que a CUD está institucionalizada ou em vias de institucionalização que descrevemos neste artigo demonstram que a coordenação entre as universidades, o planejamento estratégico e o suporte das instâncias governamentais aumentaria a quantidade, a qualidade e o impacto das ações de cooperação. É a partir desse entendimento que nos propomos aqui a apresentar a CUD e avaliar suas possibilidades de desenvolvimento no Brasil.

Na primeira parte deste trabalho (seção 2), mostramos os processos que levaram à idealização da CUD no contexto da evolução do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento e a maneira em que esta vem se constituindo como dimensão específica da política de cooperação para o desenvolvimento naqueles países nos quais ela está mais consolidada. Na segunda parte (seção 3), consideramos as práticas brasileiras assimiláveis à CUD a partir de dois ângulos: em primeiro lugar, o da participação das universidades brasileiras nos projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação, da CAPES e do CNPq; em segundo lugar, as ações de cooperação internacional com países em desenvolvimento realizadas por uma universidade em particular: a Universidade Federal de Santa Catarina.

2 A Cooperação Universitária para o Desenvolvimento: conceito, definição, práticas e institucionalização

Em nível macro, sistêmico, a CUD pode ser entendida como uma dimensão de outras duas instituições ou regimes internacionais. Por um lado, o chamado Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD) e, por outro, a Cooperação Acadêmica Internacional. O primeiro tem experimentado profundas transformações nas últimas duas décadas, enquanto que a segunda tem se desenvolvido notoriamente nos últimos anos.

As transformações do SICD no pós-Guerra Fria (refletidas na agenda da Eficácia da Ajuda desenhada em 2005 em Paris) têm a ver com as mudanças geopolíticas (fim da bipolaridade) e com a necessidade, percebida por boa parte dos principais agentes do SICD (Estados nacionais, os principais doadores agrupados no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE; agências e programas internacionais como o Banco Mundial ou o PNUD; a Comissão Europeia; ONGs e associações de ONGs atuando em temas de desenvolvimento e movimentos sociais, entre outros)

de reformular o sistema, considerado altamente ineficaz (SANAHUJA, 2007), bem como com a mudança gradual do próprio conceito de desenvolvimento. Inicialmente focado nas questões econômicas e no desenvolvimento dos Estados, ele foi se redirecionando gradualmente para o ser humano e seus direitos. Estes compreendem aspectos econômicos, mas também sociais, de saúde, educação, moradia e alimentação (PEET & HARTWICK, 1999).

A transformação profunda nas práticas de cooperação para o desenvolvimento e também a entrada e/ou o empoderamento de novos atores no sistema seguiu a lógica dessa nova maneira de entender o desenvolvimento. A cooperação em novas áreas exige um maior comprometimento e proximidade com as populações objeto das ações do que podem prestar os governos centrais. Por sua vez, as organizações da sociedade civil, mais próximas das pessoas, são indispensáveis para poder avaliar de perto as necessidades das mesmas e os efeitos das políticas de desenvolvimento (MAKLAHAN-KARR, 2005).

Entre os novos agentes que se tornaram muito ativos no sistema, estão os governos subnacionais, os movimentos sociais, os sindicatos, as empresas e as universidades. Vários destes “novos” agentes já vinham contribuindo e participando no SICD – embora de uma forma bastante passiva e sem voz própria – nos processos de tomada de decisão sobre as políticas da cooperação. As universidades, por exemplo, já colaboravam com as políticas de cooperação de seus governos centrais através dos programas nacionais ou regionais de bolsas a estudantes estrangeiros ou intercâmbios. A diferença é que agora, cada vez mais, e a partir de motivações diversas (nem sempre relacionadas com a solidariedade internacional), elas se tornaram atores ativos na elaboração e implementação de estratégias de cooperação para o desenvolvimento nas áreas de sua competência, criando um novo regime dentro do SICD: o regime da Cooperação Universitária para o Desenvolvimento (CUD).

As práticas que atualmente se consideram parte da CUD são também um subconjunto das atividades da Cooperação Acadêmica Internacional, outro regime de recente constituição, mas já bastante institucionalizado e que inclui todo o espectro de ações de cooperação entre instituições acadêmicas de diferentes países (CHAN, 2004; DE WIT, 2005), não necessariamente orientadas ao desenvolvimento. A cooperação internacional entre universidades não é uma prática nova (de fato, ela faz parte da própria essência da atividade acadêmica), mas só nas últimas décadas passou a ser vista como uma dimensão essencial da atividade universitária. Como acontece com qualquer outra atividade de cooperação internacional, a natural vocação internacional das universidades tem sido potencializada pelas novas tecnologias da informação e comunicação e pelo desenvolvimento dos transportes. Fazem parte da Cooperação Acadêmica Internacional atividades baseadas tanto em acordos intergovernamentais de cooperação acadêmica como em acordos bilaterais ou multilaterais entre universidades, englobando atividades de docência, pesquisa e cooperação institucional com o intuito de promover o fortalecimento mútuo e desenvolver atividades conjuntas em áreas específicas (UNCETA, 2007).

A institucionalização da Cooperação Acadêmica Internacional inclui órgãos específicos para esse fim tanto dentro das universidades (secretarias, pró-reitorias ou assessorias de relações internacionais responsáveis por convênios, intercâmbios e outras atividades afins) como nas instâncias nacionais (ministérios de educação ou de ciência, redes interuniversitárias nacionais)

e também multilaterais. São destacáveis, por sua antiguidade e número de membros, as duas grandes associações produto das relações pós-coloniais dos Estados que formaram parte dos dois últimos grandes impérios coloniais. *The Association of Commonwealth Universities* (Associação de Universidades da Commonwealth, ACU), com cem anos (foi criada em 1913), é a rede internacional de universidades mais antiga do mundo. Atualmente tem mais de quinhentas universidades associadas e está presente em 37 países). A *Agence universitaire de la Francophonie* (Agência Universitária da Francofonia, AUF), por sua vez, foi fundada em 1961 e agrupa 776 universidades parceiras em 76 países. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa é mais recente (foi fundada em 1986) e agrupa 124 universidades de nove países.

Na América Latina, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) é provavelmente a rede de cooperação acadêmica internacional mais forte. Fundado em 1967, agrupa centros de pesquisa e programas de pós-graduação em Ciências Sociais (atualmente 320 centros de pesquisa e mais de 600 programas de pós-graduação) de 25 países de América Latina e Caribe, Estados Unidos e Europa. Outras redes das quais as universidades brasileiras participam são a Organização Universitária Interamericana (com membros das três Américas), a *Union de Universidades de América Latina y el Caribe*, Associação de Universidades *Grupo Montevideo* (integrada por universidades públicas de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai); e o *Grupo Tordesillas* (com universidades de Portugal, Espanha e Brasil).

Um dos focos da Cooperação Acadêmica Internacional é o desenvolvimento. Nos últimos anos foram realizadas várias conferências internacionais com esse tema. A conferência da ACU realizada em abril de 2010, por exemplo, tratou da contribuição das universidades aos objetivos de desenvolvimento do milênio (ACU, 2010). Sua declaração final reivindicou um maior reconhecimento da universidade como ator do SICD e um maior comprometimento tanto da própria universidade como dos governos com as atividades da CUD. Da mesma maneira, a Agência Universitária da Francofonia (AUF) adotou, como uma das quatro missões para o período 2004-2014, a expansão da cooperação para o desenvolvimento sustentável entre seus membros (AUF, 2004). A CLACSO, por sua vez, tem um programa de cooperação Sul-Sul com África e Ásia, que promove eventos acadêmicos para a reflexão acadêmica sobre os problemas das sociedades do Sul, intercâmbios de pesquisadores e suporte a pesquisas (CLACSO, 2013).

Em alguns Estados nacionais a CUD já é uma política pública consolidada. A Espanha é provavelmente o país com uma política pública de CUD mais consistente. Em 2005 foi elaborado um “Código de Conduta das Universidades em Matéria de Cooperação para o Desenvolvimento” no qual a CUD é definida como:

o conjunto de atividades realizadas pela comunidade universitária e orientadas à transformação social nos países mais desfavorecidos em prol da paz, da equidade, do desenvolvimento humano e da sustentabilidade ambiental no mundo, transformação na qual o fortalecimento institucional e acadêmico tem um importante papel. (CEURI, 2005, tradução nossa)

Outro documento espanhol, a *Estratégia de Cooperação Universitária para o Desenvolvimento* (ESPAÑA, 2000), especifica que a CUD envolve a cooperação bilateral ou multilateral realizada exclusivamente entre instituições universitárias para o compartilhamento de experiências e

recursos relacionados ao desenvolvimento de cada instituição, bem como a cooperação bilateral ou multilateral entre universidades e outros agentes públicos e privados com o objeto de induzir, fomentar e apoiar as estratégias de desenvolvimento e a divisão de funções e responsabilidades associadas a cada ação de cooperação.

As atividades específicas que a universidade pode desenvolver em cooperação para o desenvolvimento são as mais variadas, embora, como já foi dito, estejam baseadas nas suas competências básicas. Freres e Cabo (2003, p. 26) identificam ao menos cinco diferentes âmbitos:

- a. formação em campos afins ao desenvolvimento e à cooperação internacional;
- b. pesquisa nesses mesmos campos;
- c. cooperação horizontal, de universidade a universidade, incluindo intercâmbios de alunos e professores e projetos conjuntos;
- d. suporte aos estudantes em atividades de cooperação para o desenvolvimento; e
- e. assistência técnica a outros agentes da cooperação em países em desenvolvimento (excluindo universidades).

O escopo de possíveis parceiros das universidades atuando no marco da CUD é amplo, incluindo ONGs, empresas, agências governamentais, organismos internacionais e outras organizações, dependendo da dinâmica de cooperação para o desenvolvimento na qual a universidade estiver envolvida.

Especialmente destacável é a cooperação entre universidades e ONGs, unindo as capacidades da universidade com o importante papel das ONGs junto aos países mais vulneráveis através de ações humanitárias e projetos de desenvolvimento. Mataix e Sachès (2006) apresentam as várias possibilidades de cooperação que são possíveis através desta parceria, como as ações conjuntas de desenvolvimento e ação humanitária; assessoria técnica; pesquisa aplicada; formação de quadros técnicos de ONGs; financiamento conjunto de projetos; mobilidade, dentre outras.

A cooperação entre universidades e empresas privadas, que a partir de seus compromissos de atuar com responsabilidade social têm assumido um papel cada vez mais relevante no SICD (LANCHARES, 2006), se concretiza principalmente no financiamento por parte das empresas de projetos de cooperação elaborados ou executados pelas universidades.

A colaboração das universidades com as agências governamentais no sistema nacional de cooperação para o desenvolvimento pode incluir práticas semelhantes às que são produto da colaboração com as ONGs (assessoria técnica, pesquisa aplicada, formação, mobilidade, entre outras).

A cooperação com organismos internacionais, por sua vez, permite às universidades atuar em prol do desenvolvimento amparadas por uma ampla gama de projetos, experiências e recursos. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, pilares tradicionais do SICD, contribuem de maneira regular e com recursos importantes, da mesma forma que o PNUD. Como exemplo de cooperação nesse âmbito, pode-se citar o Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU) que, a partir dos anos 2000, colabora com universidades das diversas regiões do mundo na aplicação das novas tecnologias para o desenvolvimento humano (VNU, 2012).

2.1 A institucionalização da CUD como política pública

Conforme foi mencionado, é na Espanha onde o processo de consolidação da CUD como uma política pública está mais avançado². Na principal norma reguladora da cooperação espanhola para o desenvolvimento, a Lei de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de 1998 (ESPAÑA, 1998), se fez uma tímida menção às universidades como eventuais atores no âmbito da cooperação³. Um ano mais tarde, em 1999, a Estratégia para a Cooperação Espanhola foi um pouco além, ao afirmar que o papel da universidade é crucial para a transferência de conhecimentos, pesquisa e formação. Posteriormente, em 2000, um representante das universidades foi incluído no Conselho de Cooperação, o principal órgão consultivo com o qual o governo espanhol mantém um “diálogo social” em matéria de cooperação.

A elaboração, em 2005, de um Código de Conduta das Universidades em Matéria de Cooperação para o Desenvolvimento (CEURI, 2005), bem como o estabelecimento, em 2007, de um Observatório da Cooperação Universitária para o Desenvolvimento (OCUD), testemunham a consolidação da CUD como política pública no âmbito espanhol. O observatório foi uma iniciativa da Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) em coordenação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Secretaria de Estado de Cooperação Internacional do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação. Seu conselho assessor está formado por representantes das distintas universidades espanholas, a AECID, a SECI e a CRUE. Seu objetivo é ser o ponto de referência da Cooperação Universitária para o Desenvolvimento na Espanha. Para tanto, criou um sistema integrado de informação para o conhecimento da CUD e para homologar ações e elaborar estratégias conjuntas (OCUD, 2013). Em 2007 a CRUE assinou com a AECID um convênio, renovado em 2011, criando um sistema integrado de informação sobre CUD. Outras cláusulas do mesmo convênio tratam da elaboração de estratégias conjuntas entre os dois parceiros, da facilitação de informações à administração sobre a CUD e de medidas para contribuir com a pesquisa e avaliação da CUD (OCUD, 2013),

Também é importante mencionar a realização, por parte do Observatório, de congressos bianuais sobre Universidade e Cooperação para o Desenvolvimento. Até agora foram realizados seis, o último em 2013 na Universidade de Valência. Os congressos são um espaço de encontro e análise a respeito do trabalho realizado pelas universidades na CUD. Demais será dizer que seus produtos (*papers* e outros documentos) são uma riquíssima fonte de dados sobre a CUD espanhola e de outros países⁴.

Além da institucionalização em nível nacional, existe na Espanha uma institucionalização da CUD em várias Comunidades Autônomas, que a tem incluído nas suas respectivas Leis de Cooperação e no seu planejamento estratégico em cooperação internacional. A Comunidade de

2 Isso não significa que a Espanha esteja à cabeça do *ranking* de doadores de CUD em termos de recursos financeiros ou qualidade das ações. Na Espanha, a política e as estruturas institucionais de cooperação para o desenvolvimento foram estabelecidas mais tardiamente do que as dos demais membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, já iniciados os anos de 1990 e coincidindo com as profundas transformações do sistema. Isso facilitou que as estruturas espanholas acomodassem com maior facilidade as novas práticas e atores da cooperação internacional.

3 A menção é feita no artigo 31, da 1ª seção do VI Capítulo desta Lei que trata do fomento à CID e inclui a universidade como uma das organizações que participa das atividades.

4 O site do Observatório (www.ocud.es) hospeda a “biblioteca OCUD”, incluindo os trabalhos apresentados em todos os congressos.

Madrid, Andaluzia, País Basco e Valência estão entre as Comunidades Autônomas mais ativas nesse sentido.

Junto aos esforços conjuntos de institucionalização, é destacável também a criação, em um número importante de universidades espanholas, de órgãos próprios voltados à cooperação para o desenvolvimento, seja dentro de uma secretaria ou pró-reitoria de Relações Internacionais, seja como órgão mais autônomo. Em alguns casos as universidades têm criado suas próprias ONGD (FRERES & CABO, 2005).

Embora não existam estudos sobre o impacto direto da institucionalização da CUD espanhola na quantidade e qualidade de ações, há consenso de que ela está relacionada com o incremento das ações de cooperação dos últimos anos e com o aumento do peso da CUD no orçamento da AOD espanhola total⁵. Também parecem razoáveis as afirmações dos agentes da CUD de que a maior coordenação entre os atores implicados tem aprimorado sua qualidade e que o acervo de reflexões sobre a CUD (ao qual os congressos e o trabalho do observatório têm feito importantes aportes) está contribuindo para a melhora das práticas e instrumentos.

O caso belga também merece destaque. A CUD belga também está fortemente institucionalizada e bem definida como política pública. Seguindo as peculiaridades da organização do estado belga, as universidades flamengas e as de língua francesa gerenciam cada uma sua própria CUD. Desde 1995 (ano em que começou o processo de reestruturação da cooperação para o desenvolvimento belga), a *Vlaamse Interuniversitaire Raad* (Comissão para a Cooperação Universitária para o Desenvolvimento, VLIR-UOS) se ocupa da definição de políticas, supervisão e monitoramento das ações de cooperação das universidades flamengas, enquanto a *Commission Universitaire pour le Développement* (Comissão Universitária para o Desenvolvimento, CUD), uma comissão permanente dependente do Conselho Interuniversitário da Comunidade francesa de Bélgica, se ocupa do gerenciamento da cooperação para o desenvolvimento das universidades de língua francesa (ROBRECHT & MOLENAERS, 2006; CUD, 2010; CIUF, 2011). Em ambos os casos, as ações de CUD das universidades são consideradas como “cooperação não governamental”.

Os programas nos quais essas ações se enquadram são financiados pelo governo federal belga através da Direção Geral da Cooperação para o Desenvolvimento e preparados e executados pelas próprias universidades (coordenadas pela CUD ou pelo VLIR) e por outros atores considerados “indiretos” (ONGs, sindicatos e outras organizações da sociedade civil).

Os principais instrumentos reguladores da CUD belga são uma série de acordos assinados entre o governo federal belga e a CIUF, por um lado, e o VLIR, por outro. Um acordo geral (assinado em 1995 e atualizado em abril de 2010 para recolher os princípios da agenda da “eficácia da ajuda” de 2005) estabelece os objetivos da CUD, seus princípios gerais e suas diferentes modalidades. Outros acordos mais específicos tratam da Cooperação Universitária Institucional, dos projetos criados por iniciativa das universidades, das bolsas etc. (CIUF, 2011).

E destacável o fato de que, entre 1995 e 2010 (último ano com informações disponíveis para as duas comunidades), o montante dos fundos destinados pelo estado belga para a CUD experimentaram um incremento linear, superando os 60 milhões de euros (quase 30 milhões de

⁵ Segundo Castejón (CASTEJÓN, 2012), considerando só as universidades que informaram sobre suas despesas entre 2008 e 2010 (30% em 2008 e 50% não providenciaram os dados) em Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (o que não inclui todas as atividades de cooperação), a contribuição foi algo menos de 9,5 milhões de euros em 2008 e um pouco menos de 11,5 em 2010.

euros gerenciados pelo CIUF-CUD e algo mais de 33 milhões de euros gerenciados pelo VLIR-UOS) (CIUF, 2011; VLIR, 2011).

A Agência Sueca para a Investigação em países em vias de desenvolvimento, o Centro Norueguês para a Cooperação Internacional em Educação e o Programa para o Cofinanciamento da Educação Superior dos Países Baixos são outras instâncias nacionais responsáveis pelo planejamento e execução das ações equiparáveis à CUD.

Nos Estados Unidos, a *Higher Education for Development* (HED), instituição que reúne as principais associações de instituições de ensino superior do país, é a responsável por implementar o equivalente à CUD (embora não se use o termo “cooperação” mas sim “ajuda”). A HED foi estabelecida em 1992 através de um acordo entre a agência de cooperação dos EUA (USAID) e o Conselho Americano de Educação. O foco das atividades da HED é o estabelecimento de “parcerias inovadoras” entre universidades dos EUA e universidades de países em desenvolvimento (HED, 2013).

3 Possibilidades da Cooperação Universitária para o Desenvolvimento no Brasil

Há alguns anos o Brasil, que já presta mais ajuda do que recebe, começou a construir um modelo próprio de política de cooperação, com ênfase na cooperação Sul-Sul (INOUE & VAZ, 2012). Algumas das novas dimensões da cooperação para o desenvolvimento estão sendo integradas no modelo brasileiro. A Cooperação Descentralizada (a cooperação internacional dos governos estaduais e municipais) está já bastante consolidada e recebe suporte do governo federal (SALOMÓN, 2011). A Cooperação Sindical para o Desenvolvimento, mais incipiente, está sendo desenvolvida pelos sindicatos brasileiros a partir das orientações internacionais⁶. Porém, até o momento, as universidades brasileiras não têm viabilizado nada semelhante a uma CUD. A CAPES e o CNPq têm programas de cooperação acadêmica que incluem intercâmbios e concessão de bolsas a estudantes de países em desenvolvimento, e vários programas de Cooperação Técnica desenvolvidos pela Agência Brasileira de Cooperação envolvem a participação de universidades. Por sua vez, a maioria das universidades brasileiras contam com órgãos responsáveis pela gestão de suas atividades internacionais, incluindo várias que fazem parte do catálogo da CUD. Mas não há uma política de CUD ou de “Cooperação Universitária Sul-Sul” propriamente dita, protagonizada pelas próprias universidades brasileiras, nem estruturas institucionais específicas para isso.

A seguir, e com o objetivo de mostrar que no Brasil há uma boa base de sustentação para o desenvolvimento de uma CUD/Cooperação Universitária Sul-Sul, nos referimos em primeiro lugar à participação das universidades em projetos de cooperação técnica e acadêmica desenvolvidos pelo governo federal. Na continuação, e mudando de ângulo, elencamos as práticas e instâncias de cooperação de uma instituição específica: a Universidade Federal de Santa Catarina. Concluímos mencionando algumas das instâncias de cooperação entre universidades que eventualmente, seguindo o exemplo de outros países, poderiam assumir o desenho de uma política pública de CUD.

⁶ Em 2007, foi criada a *Trade Union Cooperation for Development Network*, rede de associações sindicais da qual participa a CUT.

3.1 A participação das universidades brasileiras na cooperação técnica e acadêmica do governo federal

A principal dimensão da cooperação internacional brasileira prestada é a cooperação técnica. Para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que é o órgão do Ministério de Relações Exteriores responsável por todo o ciclo político da cooperação técnica (negociação, coordenação, implementação e acompanhamento dos programas e projetos de cooperação técnica executados a partir de acordos firmados entre o Brasil e outros países e organismos internacionais), ela é “um importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional”. Mais especificamente, “os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro” (ABC, 2013).

As ações de cooperação técnica levadas a cabo pela ABC incluem, cada vez mais, a participação de universidades, sobretudo as públicas. O Gráfico 1 mostra a contribuição das universidades, atuando como executoras dos projetos em parceria com outras instituições e com a própria ABC, em projetos executados entre 2003 e 2012. É visível o aumento na quantidade de projetos em execução por ano com a participação de universidades, desde os 8 projetos do ano 2003 até os 25 de 2012.



Gráfico 1: Evolução na quantidade de Projetos de Cooperação da ABC com a participação de universidades brasileiras (2003-2012).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ABC.

Porém, como vemos na Tabela 1 e no Gráfico 2, o aumento no número de projetos enquadráveis como CUD foi menor que o crescimento de projetos de cooperação executados pela ABC em geral. De fato, a proporção de projetos com participação das universidades no total de projetos de cooperação da ABC sofreu uma queda considerável até se estabilizar, a partir de 2007, na faixa de 5%.

Tabela 1

Ano	22003	22004	22005	22006	22007	22008	22009	22010	22011	22012
Total de Projetos da ABC em execução	440	331	775	1182	2249	3327	4415	5504	5550	5540
Projetos em execução com participação de universidades	88	44	88	118	112	221	225	225	224	225
Participação de universidades no total de projetos da ABC (%)	220%	113%	111%	110%	55%	66%	66%	55%	44%	55%

Fonte: elaboração própria com base nos dados da ABC.

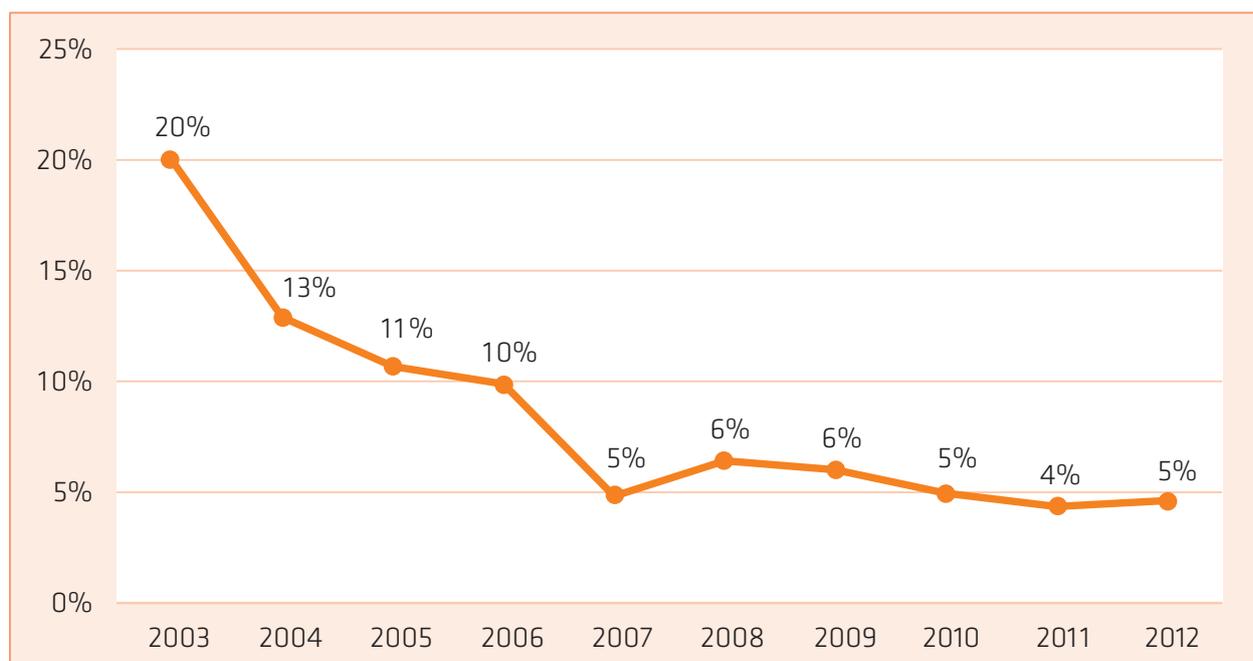


Gráfico 2: Evolução do percentual de projetos com participação de universidades na quantidade de projetos da ABC por ano (2003-2012).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ABC.

Os dados refletem de maneira muito clara que a participação das universidades nos projetos de cooperação executados pela ABC é continuada e crescente, mas com um crescimento bem menor do que o experimentado nos últimos anos pela cooperação da ABC em geral.

Os setores dos projetos que contam com a participação das universidades são variados, sendo que os principais são agricultura, educação, saúde e meio ambiente, conforme pode ser observado no gráfico 3. A maioria dos projetos tem por objetivo principal a capacitação do país beneficiário nas áreas nas quais o Brasil é referência ou tem melhores condições de transmitir

conhecimentos específicos, bem como o fortalecimento institucional, pesquisa e missões de prospecção de áreas nas quais há oportunidade de cooperação com o Brasil.

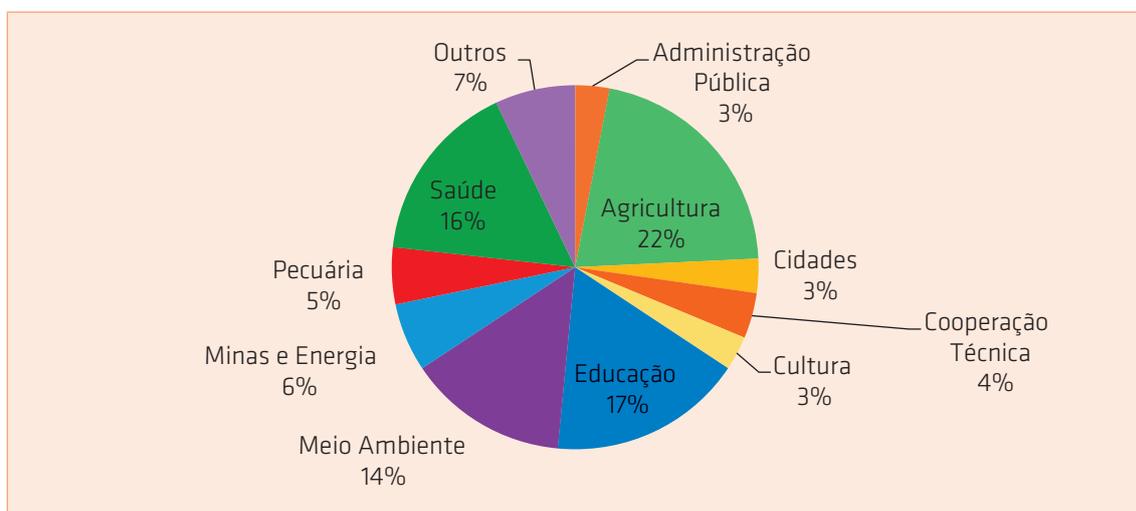


Gráfico 3: Setores de participação da Universidade (projetos de 2003 a 2012).

Fontes: Elaboração própria a partir de dados da ABC.

Quanto aos países beneficiários dos projetos de cooperação, os africanos correspondem a 46% do total. Em segundo lugar está América do Sul e Central, conforme mostrado no gráfico 4. Apesar de não haver uma grande concentração de projetos em um país em particular, é destacável que Uruguai é o beneficiário em 9% dos projetos analisados e Moçambique em 8%.

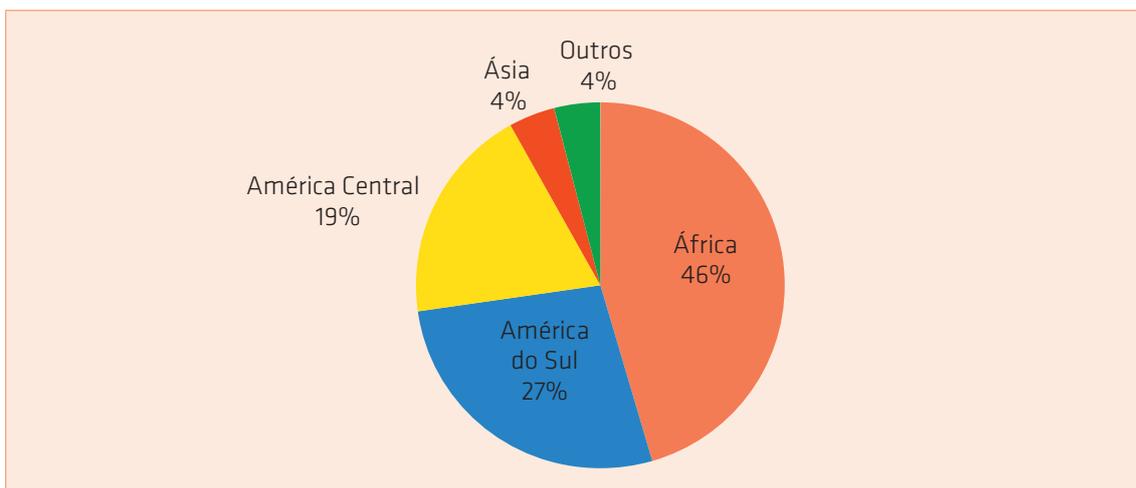


Gráfico 4: Distribuição de Projetos com participação das universidades por continente⁷.

Fonte: elaboração própria a partir de dados da ABC.

Considerando que uma das principais prioridades da política externa brasileira é intensificar as relações de cooperação com os países do Sul (LIMA, 2005), os dados sobre a participação da

⁷ "Outros": projetos que beneficiam mais de um país (beneficiários: Comunidade do Caribe - CARICOM; Gana, Zâmbia, Indonésia, Libéria e Turquia; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP).

universidade nos projetos de cooperação técnica são consistentes com ela. Eles refletem também a preocupação de diversificar os parceiros, não concentrando a cooperação em poucos países.

Além dos projetos desenvolvidos diretamente com a ABC, as universidades também participam, como foi indicado, de atividades de cooperação acadêmica através de projetos cujas instituições executoras oficiais são outros órgãos governamentais, com destaque para o MEC e MCTI através, respectivamente, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os principais programas multilaterais de cooperação acadêmica voltados a países em desenvolvimento (coordenados pela CAPES e com participação do CNPq) são o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G, e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. O PEC-G foi criado oficialmente em 1965 e é gerido pelo MEC e pela Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores. Em parceria com universidades brasileiras públicas e privadas, o programa visa oferecer oportunidades de formação superior a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem acordos educacionais, culturais ou científico-tecnológicos (MEC, 2013a). Quanto ao PEC-PG, ele concede bolsas de mestrado e doutorado para estudar em universidades brasileiras a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem acordos educacionais ou culturais. (MEC, 2013b).

Dentro dos programas de cooperação acadêmica bilateral com países em desenvolvimento coordenados pela CAPES, são destacáveis o Programa Emergencial Pró-Haiti de Educação Superior (CAPES, 2013b) e o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste (CAPES, 2013a; CASSIANI, 2012). O primeiro visa contribuir para a reconstrução do Haiti por meio de apoio à formação de recursos humanos com bolsas de graduação-sanduíche. O segundo busca formar professores de língua portuguesa de diferentes níveis de ensino. Nos dois programas o Ministério de Relações Exteriores (MRE) atua como parceiro.

Nos projetos anteriormente considerados, seja em parceria com a ABC ou com os demais órgãos governamentais, fica claro que a universidade participa da CID brasileira. E essa participação compreende práticas equiparáveis à Cooperação Universitária para o Desenvolvimento, pois as atividades desempenhadas nesses projetos auxiliam o desenvolvimento dos países do Sul e estão relacionadas às próprias funções da instituição nas áreas de ensino, pesquisa, assessoramento técnico e informação.

3.2 A cooperação internacional da Universidade Federal de Santa Catarina

Nesta subseção, examinamos a institucionalização e algumas das atividades de cooperação internacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo, como indicado, de mostrar que a partir das instâncias de cooperação acadêmica internacional existentes em boa parte das universidades públicas brasileiras seria possível criar uma base institucional para uma CUD/Cooperação Universitária Sul-Sul. A UFSC, uma universidade média com bastante atividade internacional e instâncias permanentes de gestão dessa internacionalização, pode ser considerada, se não absolutamente representativa em termos da atividade internacional das universidades brasileiras em geral, pelo menos como um caso bastante típico.

As atividades de internacionalização da UFSC começaram logo após a criação da universidade, em 1960. Inicialmente, segundo a Secretaria de Relações Internacionais da instituição – SINTER, houve pouca diversificação quanto aos parceiros (quase todos eles instituições de ensino e pesquisa alemãs e estadunidenses). Nos anos de 1970 foi criado um Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) vinculado diretamente ao gabinete do reitor e responsável por manter contatos com universidades e outros órgãos estrangeiros e executar convênios internacionais. A partir de então o número de convênios internacionais cresceu consideravelmente e os parceiros se diversificaram. Em 2008, a ESAI foi substituída por uma Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) com funções similares mas com um maior número de servidores.

Segundo dados da SINTER, cerca de 70% dos acordos de cooperação ativos da UFSC são com universidades europeias, principalmente da França, Alemanha, Portugal, Itália e Espanha. O resto de acordos é com universidades de países em desenvolvimento: da África, Ásia, América Central e América do Sul (a maioria com Argentina e Colômbia).

Atualmente, a UFSC participa de cinco associações internacionais de universidades: a Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP; a *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* – AUGM; a Organização Universitária Interamericana – OUI. A Unión de Universidades de América Latina y el Caribe – UDUAL, e o Grupo Tordesillas.

A seguir elencamos as atividades realizadas pela UFSC que podem ser consideradas assimiláveis à CUD, a partir da tipologia já apresentada na seção 1.

- **Formação e pesquisa em campos afins ao desenvolvimento e à cooperação internacional.** Nove grupos cadastrados no diretório de pesquisa do CNPq e liderados por professores da UFSC trabalham com desenvolvimento e cooperação. A maioria tem menos de uma década de existência e as áreas predominantes são Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. A temática do desenvolvimento é abordada sob diferentes óticas. O foco não está direcionado somente para o desenvolvimento local e são tratados tópicos mais recentes, como a sustentabilidade e a própria CID.
- **Cooperação horizontal (entre universidades).** A UFSC participa, em qualidade de coordenadora acadêmica, do já citado Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste. Além da qualificação em língua portuguesa, diferentes conteúdos são abordados interdisciplinarmente, em particular Agricultura Familiar, Problemas da Língua, Saúde Pública e Valorização da Cultura Local (CASSIANI, 2012).
- **Assistência técnica a outros agentes da cooperação.** A UFSC é parceira, em programas de cooperação e assistência técnica a países em desenvolvimento, do Haiti, Timor Leste, Angola, Moçambique e Cabo Verde (SINTER, 2011) e, ainda, nos Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEC-G e Pós-Graduação – PEC-PG. A SINTER é responsável de receber os alunos do PEC-G, de prestar-lhes a assistência necessária e disponibilizar as vagas nos cursos de graduação. No caso do PEC-PG, o processo é um pouco diferente porque os candidatos estrangeiros precisam primeiro contatar diretamente os programas de pós-graduação pretendidos para obter sua carta de aceite. A UFSC participou unicamente em um projeto de cooperação técnica da ABC nos últimos

dez anos: a Missão de Prospecção de Projetos em Piscicultura e Saneamento Básico em Camarões, em qualidade de executora parceira. O projeto foi iniciado em 2010 e concluído em 2011⁸.

A relação de atividades demonstra que quase todas as práticas elencadas como CUD nas tipologias habitualmente utilizadas são realizadas pela UFSC, seja a título individual, seja em colaboração com outras instâncias responsáveis da cooperação brasileira para o desenvolvimento.

Por outro lado, a UFSC também participa de acordos de cooperação que visam seu próprio fortalecimento institucional (não é por acaso que a maioria dos convênios assinados são com instituições do Norte) e que dificilmente poderiam ser enquadrados como CUD. Durante os anos de 1980 e 90, os acordos com universidades europeias, principalmente com a Alemanha, e que incluíam a realização de projetos de pesquisa conjunta entre as instituições, tiveram um impacto positivo no desenvolvimento do Centro Tecnológico da UFSC, em particular a área de Engenharia Mecânica, cujo curso de graduação é reconhecido como um dos melhores do país⁹. Há um contínuo intercâmbio de alunos e professores entre a UFSC e universidades europeias que gera benefícios à instituição, promovendo a pesquisa conjunta e atraindo recursos para a universidade. Nos últimos anos, o programa Ciência sem Fronteiras do governo federal tem potenciado consideravelmente esses intercâmbios.

3.3 Instâncias de cooperação interuniversitária que poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma CUD/Cooperação Universitária Sul-Sul brasileira

As autoridades universitárias brasileiras contam com diversas instâncias de cooperação mútua que poderiam, de maneira semelhante ao que acontece em outros países, assumir o desenho de uma CUD ou uma Cooperação Universitária Sul-Sul. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras seria, por sua abrangência, a instância mais apropriada para isso. A Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), de fato, já trata de temas assimiláveis à CUD em seus fóruns¹⁰. Não é o caso, porém, da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Os vários Fóruns de Pró-Reitores existentes – de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; de Assuntos Comunitários e Estudantis; de Planejamento e Administração e de Extensão – poderiam também contribuir ao funcionamento de uma CUD brasileira nas suas áreas de competência.

Mas a instância que parece mais adequada para liderar a constituição de uma CUD/Cooperação Universitária Sul-Sul brasileira é o Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), constituída em 1988 e atualmente com mais de 180 membros, todos eles responsáveis ou gestores de relações internacionais de suas

8 Código do projeto para consulta na ABC: BRA/04/044-A657.

9 Considerando-se o Índice Geral de Cursos-IGC de 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP, no qual o curso aparece entre os 15 melhores cursos de graduação em Engenharia Mecânica do país (de mais de 100). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

10 Em particular, o tema foi abordado no 52º Fórum Nacional de Reitores. Os temas tratados neste e em cada um dos fóruns podem ser consultados em: <http://www.abruem.org.br/foruns/>.

universidades¹¹. Embora entre seus objetivos se incluam os de “participação ativa junto a órgãos públicos e organismos de promoção de cooperação internacional” e “gestão de bancos de dados sobre cooperação internacional”, até agora o FAUBAI é um órgão mais burocrático que político. Não há porquê continuar sendo assim no futuro. No âmbito da Cooperação Descentralizada, o recentemente criado Fórum Nacional de Secretarias de Relações Internacionais (FONARI) trata de questões substantivas (desde discussão de questões conceituais e legais até iniciativas específicas de cooperação) e também da articulação de iniciativas com o governo federal (SALOMÓN, 2011). Nada impede ao FAUBAI avançar nessa direção.

Todas estas instâncias, junto às (pelo menos) 180 secretarias de Relações Internacionais existentes nas universidades brasileiras, formam, ao nosso modo de ver, uma excelente base de sustentação para uma eventual política pública de CUD/Cooperação Universitária Sul-Sul brasileira.

4 Conclusões

A Cooperação Universitária para o Desenvolvimento como regime internacional está na intersecção de dois regimes mais amplos: o Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD) e o Cooperação Acadêmica Internacional. A partir da ampliação do conceito de desenvolvimento e das maiores facilidades para a comunicação e transporte propiciadas pelas novas tecnologias, os dois experimentaram transformações importantes nas últimas décadas, transformações que, por sua vez, explicam a emergência da CUD. A forte internacionalização das universidades e de suas cooperações acadêmicas e a necessidade de que atores da sociedade civil se envolvam ativamente nas ações de cooperação para o desenvolvimento são os dois principais fatores explicativos.

Os avanços na institucionalização da CUD, materializada em leis específicas, documentos estratégicos, criação de redes interuniversitárias, realização de congressos com periodicidade regular, entre outros, se encontram em diferentes estágios segundo os países, destacando-se os casos da Espanha e da Bélgica.

No Brasil, as universidades são parceiras bastante ativas da cooperação para o desenvolvimento nacional, participando como consultoras ou executoras em diferentes projetos da Agência Brasileira de Cooperação, bem como das agências mais voltadas à cooperação acadêmica (CAPES ou CNPq). Os dados deste trabalho mostram, porém, que a participação das universidades nos projetos de cooperação da ABC, apesar de experimentar uma tendência crescente, não acompanhou o importante aumento dos projetos executados pela ABC em geral, se estabilizando em um percentual bastante modesto. Isso leva a pensar que ela tem potencial para crescer. Ao nosso modo de ver, a institucionalização da CUD no Brasil – aproveitando a base institucional já existente – seria uma medida importante nesta direção.

Como ilustrado pelo caso da UFSC, todas as atividades consideradas como parte da CUD são realizadas pelas universidades brasileiras. O momento atual, de definição da política

¹¹ Informações sobre a FAUBAI disponíveis em: http://www.faubai.org.br/br/faubai_oquee.php. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

brasileira de cooperação, permitiria integrar de maneira adequada a CUD na estratégia nacional. Um plano estratégico nacional, uma atenção maior por parte da ABC e de instâncias como o IPEA, juntamente com um esforço de coordenação maior por parte das próprias autoridades universitárias, contribuiria, sem dúvida, para um maior impacto e eficácia das ações da comunidade universitária brasileira em prol do desenvolvimento do mundo.

Referências

ABC, Agência Brasileira de Cooperação. (s/d) Cooperação Técnica, conceito. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

ACU, *Association of Commonwealth Universities* (2010) Declaração da Conferência de Diretores da ACU: Universidades e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2010. Disponível em: <<http://capetown2010.acu.ac.uk/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

AUF, *Agence Universitaire de la Francophonie* (2004) Cadre stratégique décennal de la Francophonie. Disponível em: <http://www.auf.org/media/uploads/cadre_strategik_10al.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

ARIAS, Silvia; MOLINA, Estefanía (Orgs.). (2006) *Universidad y Cooperación al Desarrollo. Cuadernos Solidarios*, n.1. Oficina de Acción Solidaria y Cooperación: Universidad Autónoma de Madrid. Madrid.

ARIAS, Silvia; MOLINA, Estefanía. (2008) *Universidad y Cooperación al Desarrollo: La Experiencia de las Universidades de la Ciudad de Madrid*. Madrid: Los Livros de Catarata.

AYLLÓN, Bruno. (2006) O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 5, n. 8, p. 5-23..

BENEITONE, Pablo et al. (2003) *University Development Co-operation: Models of Good Practice*. Bilbao: Universidad de Deusto.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (s/d) Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/timor-leste>>. Acesso em: 21 de março de 2013.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (s/d) Programa Pró-Haiti. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacaointernacional/haiti/pro-haiti>>. Acesso em: 21 de Março de 2013.

CASSIANI, Suzani; VON LINSINGEN, Irlan; LUNARDI, Graziela. (2012) Enfocando a Formação de Professores de Ciências no Timor-Leste. *ALEXANDRIA Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, Florianópolis, v.5, n.2, p. 189-208.

CEURI, Comité Español Universitario de Relaciones Internacionales (2005) Código de Conducta de las Universidades en Materia de Cooperación al Desarrollo. Disponível em: <<http://www.ocud.es/en/antecedentes>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

CEURI, Comité Español Universitario de Relaciones Internacionales (2000) Estrategia de Cooperación Universitaria al Desarrollo. Disponível em: <www.uji.es/serveis/raco/info/crue/ceuri.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

CHAN, V.W.Y. (2004) International Cooperation in Higher Education: Theory and Practice. *Journal of Studies in International Education*, vol. 8, p. 32-55.

CIUF, *Conseil interuniversitaire de la Communauté française*. (2010/2011) Rapport d'activités. Disponível em: <<http://www.cud.be/images/stories/docs/ra/cudrapport2010.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2013.

CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. (s/d) Programa de Colaboração com África e Ásia: Objetivos e Iniciativas. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/area_r_internacionales/3b.php?idioma=port>. Acesso em: 24 de outubro de 2013.

ESPAÑA. (2000) Estrategia de Cooperación Universitaria al Desarrollo. Disponível em: <<http://www.ocud.es/en/antecedentes>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

ESPAÑA. (1998) Ley de cooperación internacional para el desarrollo. Disponível em: <http://www.usal.es/webusal/files/Ley_espanola.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

FRERES, Cristian; CABO, Carlos. (2003) Las Universidades de la Comunidad de Madrid y la Cooperación al Desarrollo. Documentos técnicos. Madrid, CRUE. Disponível em: <http://www.ideo.ceu.es/Portals/0/Actividades/Universidades_Madrid.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

GUNI, *Global University Network for Innovation*. (2009) Educação Superior em um Tempo de Transformação: Novas Dinâmicas para a Responsabilidade Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

INOUE, Cristina Yumie Aoki; VAZ, Alcides Costa (2012) Brazil as a 'Southern donor': Beyond Hierarchy and National Interests in Development Cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 4, no. 4, p. 507-534.

LANCASTER, Carol. (2007) *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 2007. p. 1-61.

LANCHARES, María José. (2006) Empresa y Desarrollo. In: ARIAS, Silvia; MOLINA, Estefanía (org.). *Universidad y Cooperación al Desarrollo*. Cuadernos Solidarios, n.1. Oficina de Acción Solidária y Cooperación: Universidad Autónoma de Madrid. Madrid: UAM, p.149-170.

LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marília Costa (2005) Internationalization of Higher Education in Brazil. In: Wit, Hans de et al. (Orgs.). *Higher Education in Latin America: The International Dimension*. Washington DC: The World Bank, p.111-147.

LIMA, Maria Regina Soares de (2005) A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, no. 1, p. 24-59.

MAKLAHAN-KARR, David. (2005) *La cooperación internacional y los objetivos de desarrollo del milenio (ODMs)*. Nova York: PNUD, 2005.

MATAIX, Carlos; SÁCHES, Eduardo. (2006) Oportunidades para la colaboración entre ONGD y Universidades. In: ARIAS, Silvia; MOLINA, Estefanía (Orgs.). *Universidad y Cooperación al Desarrollo. Cuadernos Solidarios*, n.1. Oficina de Acción Solidária y Cooperación: Universidad Autónoma de Madrid. Madrid: UAM. p. 137-145.

MEC, Ministério da Educação.(s/d) PEC-G. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276&ativo=531&Itemid=530>. Acesso em: 21 de Março de 2013.

MEC, Ministério da Educação. (s/d) PEC-PG. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PEC/PEC.html>>. Acesso em: 21 de Março de 2013.

NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana C. (Orgs.) (2010) *UFSC 50 Anos: Trajetórias e Desafios*. Florianópolis: UFSC.

PEET, R.; HARTWICK, E. (1999) *Theories of Development*. New York: Guilford.

ROBRECHT, Renard; MOLENAERS, Nadia (2003) *University Development Co-operation and Good Practices: Discussion*. In: BENEITONE, Pablo et al. *University Development Co-operation: Models of Good Practice*. Bilbao: Universidad de Deusto, p. 173-186.

SALOMÓN, Mónica. (2012) A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: Pinheiro, Leticia e Milani, Carlos R. (Orgs.) *Política Externa Brasileira: a prática das políticas e a política das práticas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 269-300.

SALOMÓN, Mónica. (2011) *Paradiplomacy in the Developing World: the case of Brazil*. In: Amen, Mark, Toly, Noah; McCarney, Patricia; Seghers, Klaus (Orgs.), *Cities and Global Governance*. New Sites for International relations. Londres: Ashgate, p. 45-68.

SANAHUJA, José Antonio (2007) Más y mejor ayuda? La Declaración de París y las tendencias en la cooperación al desarrollo. In: Mesa, Manuela (Coord.), *Guerra y conflictos en el Siglo XXI: Tendencias globales*. Anuario 2007-2008 del Centro de Educación e Investigación para la Paz, Madrid:CEIPAZ, p. 71-101.

SEBASTIÁN, Jesús María (2000) Modalidades y tendencias de la cooperación internacional de las universidades, *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, Madrid, n. 5, p. 125-144.

SINTER, Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (2011) *Relatório de Atividades*. Florianópolis: UFSC.

UNCETA, Koldo (Org.) (2007) *La cooperación al desarrollo en las universidades españolas*. Agencia Española de Cooperación Internacional, Dirección General de Relaciones Culturales y Científicas, Madrid.

VALLER FILHO, Wladimir (2007) *O Brasil e a Crise Haitiana: a Cooperação Técnica como Instrumento de Solidariedade e de Ação Diplomática*. Brasília: FUNAG.

VLIR, *Vlaamse Interuniversitaire Raad*. (2011) 2010 VLIR-UOS anual report.

VNU, Programa de Voluntários das Nações Unidas. (s/d) Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/UNV.aspx>>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

WIT, Hans de et al. (2005) *Higher Education in Latin America: The International Dimension*. Washington DC: The World Bank.